



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 16100352-7			
1. Em caso de atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte dos órgãos e entidades da administração municipal, valer-se das medidas administrativas e judiciais para cobrança dos valores devidos, com os acréscimos pecuniários previstos em lei;	Implementada	Compromisso entre o Gestor Municipal e Fundo Previdenciário em repassar as contribuições previdenciárias integralmente no prazo legal;	
2. Nas prorrogações contratuais, realizar pesquisa de mercado que venha a comprovar que o contratado oferece os preços e as condições de	Implementada	Foi realizado Pregão Presencial com efetivação do contrato por 12 (doze) meses;	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

pagamento mais vantajosas para a administração pública;			
3. Realizar reavaliação atuarial do RPPS anualmente;	Implementada	Foi realizada a avaliação atuarial data base de 31.12.2016 no exercício de 2017;	
4. Providenciar o registro de forma individualizada das contribuições previdenciárias dos servidores, conforme exigência contida no artigo 18 da Portaria MPAS nº 402/2008;	Não Implementada	Em contato com a Publicsoft para providência desse item, verificamos que existem inconsistência com relação aos dados solicitados no art. 18 da Portaria nº 402/2008	Solicitada ao Departamento Pessoal através de Ofício nº 050/2017 de 20/11/2017 e agilidade nessa situação.
5. Adequar as aplicações financeiras dos recursos do Fundo ao disposto na Resolução CMN nº 3.922/2010.	Implementada	Foi adequada as aplicações financeiras de acordo com a Resolução da CMN nº 3.922/2010.	